

A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO: POLÍTICA E PLANEJAMENTO URBANOS NO BRASIL NO CONTEXTO ECONÔMICO E POLÍTICO DOS ANOS 1960 E 1970

Daniela Abritta Cota¹

RESUMO

Este trabalho objetiva refletir sobre a atuação do Estado na produção capitalista do espaço no Brasil, com ênfase na sua relação com a iniciativa privada no contexto dos anos 1960 e 1970. Busca-se verificar, a partir dessa discussão, que a parceria público-privada não constitui algo novo se pensarmos na relação entre o poder público – fortemente centralizado no governo federal – e a iniciativa privada na promoção do desenvolvimento urbano. Desde a institucionalização do planejamento urbano em âmbito federal nos anos de 1960 e, especialmente, a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento, o Estado brasileiro se constituiu no principal responsável pela dotação das chamadas condições gerais de produção como suporte ao processo de desenvolvimento econômico (BECKER, 1991; MONTE-MÓR, 2007), o que, em sua essência, pode ser caracterizado como uma forma de parceria público-privada.

Palavras-chave: política e planejamento urbanos, Estado, parceria público-privada.

ABSTRACT

This study aims at discussing the participation of the government in the capitalist production of space in Brazil, with emphasis on the state's relationship with the private sector in the context of the decades of 1960 and 1970. Throughout the discussion, we intend to verify that the experience of partnership between private and public sectors cannot be considered as something original in relation to fostering urban development. Since the institutionalization of urban planning in the sphere of the government in the decade of the 1960, and especially from the *II Plano Nacional de Desenvolvimento* (National Planning of Development), the state has been acting as the main supporter of the so-called general conditions of production to promoting economic development (BECKER, 1991; MONTE-MÓR, 2007), which, primarily, can be characterized as a partnership between public and private sectors.

Key-words: urban policy and planning; state; public and private partnership.

Introdução

A parceria público-privada vem sendo amplamente empregada na gestão pública de diferentes países e suas municipalidades, seja na provisão de serviços e equipamentos coletivos, seja no ordenamento do uso e da ocupação do solo, supostamente para viabilizar empreendimentos de interesse público com recursos privados. Assim, novos modelos de relacionamento entre a administração pública e o setor privado – a exemplo das concessões de serviços públicos, das diversas formas de colaboração financeira e administrativa na

¹ Arquiteta e Urbanista, Mestre em Geografia e Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFMG. Professora do Centro Universitário UNA-BH.

realização de empreendimentos, além das práticas de privatização vêm caracterizando e até substituindo a forma clássica de relacionamento² entre aqueles agentes. No Brasil, esforços legislativos³ vêm se sucedendo no sentido de dotar o aparelho estatal de instrumentos que permitam viabilizar projetos de interesse público que demandam bons volumes de recursos financeiros.

O termo “parceria público-privada” também vem sendo utilizado nas formulações de políticas urbanas, aparecendo associado aos novos instrumentos de planejamento e gestão do espaço urbano que tomam forma em vários países do mundo – desde os anos de 1970 – e no Brasil, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988. Com um sentido diferenciado de modalidade contratual, a parceria público-privada associada ao planejamento urbano adquire complexidade e especificidade ímpares, considerando que o urbano, enquanto espaço produzido por interesses diferenciados – e às vezes conflitantes – entre os agentes que aí atuam (CORREIA, 1989), abarcará uma lógica e uma dinâmica próprias. Ou seja, parece haver um processo especificamente urbano – seja caracterizado por fenômenos de valorização imobiliária, seja pelos conflitos que permeiam a produção desse espaço – que irá interferir nas estratégias de formulação da política urbana, incluindo aí a adoção da parceria público-privada em momento recente. Entretanto o objetivo deste trabalho não é discutir esses novos instrumentos de planejamento pautados pela cooperação entre o poder público e o setor privado. Objetiva-se analisar a relação entre o Estado e a iniciativa privada na produção do espaço no contexto dos anos 1960-1970, evidenciando que a parceria na política e no planejamento urbanos não se constitui algo novo se pensarmos na relação entre aqueles agentes.

Inicialmente, avalia-se a política e o planejamento urbanos no Brasil nos anos 1960-1970, vez que já naquele momento o Estado brasileiro era o principal responsável pela dotação das chamadas condições gerais de produção como suporte ao processo de desenvolvimento econômico que, em sua essência pode ser caracterizada como uma forma de parceria público-privada. Busca-se também evidenciar a inserção do planejamento urbano como uma estratégia de desenvolvimento nacional nos anos 1960-1970. O apoio do Estado ao processo de acumulação, na forma da viabilização do “fordismo periférico” no Brasil, terá, na produção do espaço, uma estratégia para a “modernização conservadora”, conforme definida

² Em que a primeira entra como contratante e o segundo como contratado.

³ A mais recente pode ser considerada a Lei federal nº 11.079/2004 que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. O Estatuto da Cidade – Lei nº. 10.257/2001 instituiu o instrumento da Operação Urbana Consorciada, uma forma de parceria público-privada aplicada à produção do espaço.

por Becker (1991). Posteriormente busca-se discutir o papel do Estado na produção do espaço, verificando que a sua relação com a iniciativa privada no período 1960-1970, ao canalizar recursos para a promoção das condições gerais de produção, atendendo aos interesses da acumulação capitalista, em detrimento da reprodução da força de trabalho, acabou acirrando os problemas urbanos⁴ que, naquela época já demandavam políticas específicas.

A política e o planejamento urbanos no Brasil no contexto econômico e político dos anos 1960 e 1970.

A crescente urbanização da sociedade brasileira a partir dos anos 1930 – consequência do processo de industrialização empreendido pela ação centralizadora do governo brasileiro – contribuiu para que os chamados problemas urbanos começassem a exigir ações governamentais, por meio de medidas técnicas e políticas para a sua solução (MONTE-MÓR, 2007). Desde então, conceitos modernos de racionalidade espacial, hierarquização de espaços e especialmente o zoneamento passam a exercer influência sobre os técnicos brasileiros em propostas de planos urbanos isolados.

A partir dos anos de 1950 acelera-se o processo de urbanização, resultado da intensificação da industrialização, cabendo ao Estado o papel de “gestor” do desenvolvimento, servindo de suporte ao processo de acumulação. Desde então os espaços nacionais foram redefinidos, submetidos aos interesses de uma burguesia industrialista, associada, desde a origem, a empresas de capital estrangeiro (SEABRA, 2000, p. 73). A concentração de investimento por parte do Estado para viabilizar a acumulação promoveria um processo de industrialização – e a consequente urbanização – concentrador e segregador, resultando em desigualdade territorial no âmbito nacional ao definir regiões muito mais privilegiadas pelo capital que outras. Assim, desde o início dos anos de 1960, já havia a consciência da necessidade de se assumir o desenvolvimento urbano como uma tarefa fundamental do governo, considerando a aceleração do processo de urbanização. Entretanto, a institucionalização do planejamento urbano em âmbito federal somente ocorreria a partir de 1964, quando se deu o golpe militar no país. É nesse contexto de centralização de poder político, financeiro e econômico que, se institucionalizaria uma política urbana de abrangência nacional.

⁴ Por problemas urbanos entende-se a absoluta precariedade de condições de vida da maioria da população nas grandes cidades brasileiras, tendo estes, origens em questões estruturais do modelo de ocupação brasileiro, mas fortemente acirrados a partir do fenômeno da urbanização.

Antes disso, em 1963, ocorreu o Seminário de Habitação e Reforma Urbana, em Petrópolis, buscando estabelecer bases para a ação governamental, no sentido de promover e ordenar o desenvolvimento urbano no país. Neste seminário, discutiram-se questões relativas à “reforma urbana”, detendo-se na necessidade de regulações do uso do solo urbano, das construções e investimentos setoriais, numa tentativa de ação integrada para o controle estatal do espaço urbano⁵. O objetivo do seminário era inserir a questão urbana nas discussões das reformas de base de João Goulart. De fato, até então, a questão urbana não havia sido abordada pelo Plano Trienal de Desenvolvimento (1962-1964) que João Goulart havia formulado no início de seu governo. No começo de 1963, contudo, no auge da campanha popular pelas “reformas de base”, o governo encaminhou uma mensagem ao Congresso Nacional reconhecendo a necessidade de se tratar a questão urbana articulada ao desenvolvimento do país e de se formular soluções para os problemas da habitação (BASSUL, 2004, p.80). Ao vincular a questão urbana à política de desenvolvimento econômico e social nacional, buscava-se instituir uma política habitacional entrosada com outras políticas públicas e articulada a planos nacionais integrados em todos os níveis – planejamento global, nos níveis nacional, regional, estadual e municipal. Ou seja, havia, desde 1963, o reconhecimento de que a questão habitacional era um problema cuja solução exigiria forte intervenção do Estado por meio de uma política nacional.

Destaca-se o fato de que, embora em algumas cidades, onde os problemas urbanos se manifestavam de forma intensa nos anos de 1960, já houvesse iniciativas locais de planejamento, ainda não se podia falar de uma política urbana institucionalizada no país como um todo.

Com o golpe militar em 1964 a política urbana caminharia em outra direção, diferente dos objetivos discutidos em 1963. Alguns anos mais tarde, ainda no período da ditadura militar, o debate ressurgiria entre os técnicos e instituições vinculadas à questão urbana, considerando que os problemas continuavam sem ações efetivas no nível intra-urbano⁶.

Em 1964, já no regime militar, foi criado o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), cujo objetivo era prestar assistência técnica aos municípios e incentivar a

⁵ Segundo Maricato (2001, p.97), o contexto histórico era de “intensa mobilização da sociedade civil e de debates das grandes reformas sociais nacionais: agrária, da saúde, da educação, da cultura, entre outras”. No entanto, o contexto político nacional mudaria radicalmente de 1963 para 1964, por meio do golpe militar, o que representaria uma “reversão das propostas políticas das reformas de base que estavam sendo construídas democraticamente”.

⁶ Vale ainda apontar, com relação ao Seminário de Habitação e Reforma Urbana de 1963, a sua importância como embrião de avanços que se observariam no campo da política urbana nacional, em especial no campo da habitação, a partir da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade em 2001 (MARICATO, 2001; BASSUL, 2004). No entanto, esse assunto extrapola os objetivos deste artigo.

criação de órgãos locais de planejamento. Pode-se dizer que nesse primeiro momento de institucionalização da política e do planejamento urbanos no Brasil (até o início dos anos 1970) os mesmos se orientavam, por um lado, pelo incentivo (financeiro principalmente) aos municípios para que aderissem a um processo de adoção de planos de desenvolvimento local integrados, cuja elaboração era orientada pela metodologia do planejamento compreensivo. Por outro lado, objetivando recuperar a economia, em processo de recessão, e resolver o problema social para a população de baixa renda, foi institucionalizado o Sistema Financeiro da Habitação (SFH). A política de habitação, baseada na criação do SFH e no Banco Nacional de Habitação (BNH), tinha como discurso, objetivos amplos e ambiciosos, visando solucionar o problema do déficit de moradias no país, especialmente para a população de baixa renda. Essas medidas faziam parte do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) do presidente Castelo Branco, uma tentativa de recuperar o crescimento econômico do país, através da transferência de recursos para o setor da construção civil, e também criando empregos urbanos para a população de baixa qualificação profissional.

Os resultados de tais iniciativas, por vários motivos, foram mínimos do ponto de vista tanto econômico quanto social.

A elaboração de planos locais integrados, segundo MONTE-MÓR (1980) resultou em efeitos quase nulos, uma vez que aqueles que foram elaborados, por vários motivos, não foram colocados em prática⁷. Quanto à política habitacional, esta teve pequeno sucesso. Segundo análise de AZEVEDO e ANDRADE (1982, p.120), "não foi o objetivo social o vitorioso". Um balanço dos resultados de vinte e dois anos (1964-1986) de atuação do SFH e do BNH mostra que apenas aproximadamente três milhões de unidades foram financiadas. Destas, apenas 35,0% para o chamado "mercado popular". Enquanto isto, o mercado para as faixas de renda superior foi contemplado com 43,2%, restando ao mercado intermediário os restantes 21,8% (AZEVEDO e ANDRADE, 1982: 121). Quando se considera o volume de recursos utilizados na produção dessas unidades, constata-se que a concentração nas camadas de alta renda da população é ainda mais significativa. O "mercado popular" tem uma insignificante participação da faixa de renda abaixo de três salários mínimos, incapaz de pagar por qualquer tipo de financiamento. Ressalta-se que o BNH não compreendeu o atendimento às famílias com renda salarial de menos de um salário mínimo.

O programa de Metas e Bases para a Ação do Governo (1970), completado posteriormente com o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) – 1971 – objetivavam o

⁷ Não será resgatada neste trabalho a avaliação deste processo de produção de planos integrados e de seu fracasso. Para isto existem boas análises a exemplo de MONTE-MÓR (1980).

fortalecimento da economia, cabendo ao Estado o papel de estimular a modernização das empresas privadas, incentivando a busca de tecnologias novas, proteger os setores nacionais, investir em infra-estrutura, racionalizar e aumentar a produtividade do setor público, e facilitar os setores exportadores para gerar divisas que possibilitassem a importação de bens de capita. O resultado foi que em um curto período de tempo (1968 – 1973), o PIB brasileiro cresceu a uma média de 10 a 11 por cento ao ano, elevando a economia brasileira à condição de oitavo PIB do mundo. Identificado como uma espécie de auge do “fordismo periférico”, tal fenômeno contribuiu para o que governo militar adotasse um discurso ufanista sobre as possibilidades do desenvolvimento sócio-econômico brasileiro, sugerindo um “Brasil Grande Potência” no cenário mundial do final do século XX (COSTA, 1992, p.112).

As ações que o Estado brasileiro adotaria como suporte a tal crescimento são reforçadas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) para o período 1975-1979. A estratégia então adotada constituía-se de pelo menos três medidas: a) completar e integrar, bem como modernizar a economia em todos os seus departamentos; b) viabilizar a exploração de recursos naturais localizados em partes remotas do território brasileiro, até então economicamente inviáveis, bem como promover a integração do território brasileiro, uma ideologia de segmentos poderosos das forças armadas; c) inserir a economia brasileira no então novo processo de mundialização econômica. A condição para que a política proposta se viabilizasse passaria pela contribuição de três segmentos do capital: o nacional, o estrangeiro e o estatal. Através do reagrupamento das forças econômicas dispersas e sua subordinação ao comando unificador do Estado, buscava-se viabilizar o "sonho da grande potência".

Considerando o crescimento econômico como o objetivo a ser alcançado, a estratégia baseada na parceria entre o capital estatal e o estrangeiro e nacional deu bons resultados, conforme já mencionado acima. Nessa parceria coube ao capital estatal a promoção das condições gerais de produção ou, nas palavras de Becker (1991), a produção do espaço, para o que o planejamento metropolitano, bem como o planejamento regional e urbano baseado nas metodologias dos pólos de crescimento e das metrópoles de equilíbrio tiveram um papel fundamental (MONTE-MÓR, 2007; TAVARES, 2002).

Neste sentido, a gestão do território por meio da produção do espaço, foi instrumento essencial para a modernização da economia, na medida em que por um lado, consolidou uma *cidade mundial* – em torno de São Paulo – e, por outro lado, promoveu a articulação desta cidade, também metrópole de abrangência nacional, com as várias partes do território brasileiro, por meio de uma malha que era tanto técnica quanto política. Na sua dimensão técnica, isto significou a extensão para todo o território nacional das redes “viárias, urbana, de

comunicação, institucional, bancária etc.”. A dimensão política significou tanto a criação de novos recortes espaciais, que se superpunham à divisão político-administrativa oficial da federação quanto a criação de novas formas de gestão centralizadas no governo federal (BECKER, 1991, p. 49).

Política urbana do governo brasileiro, assim como qualquer política de base territorial, inseriu-se nesta espécie de esforço conjugado de suporte ao processo econômico. Nas palavras de Monte-Mór (2007, p. 21), “a cidade é agora também uma "unidade de produção" da maior importância, e é preciso que se cuide de sua administração e eficiência enquanto espaço produtivo”.

O que se observa é que as intervenções do Estado no período 1960-1970 tanto no processo de produção do espaço como suporte à modernização da economia quanto nas ações voltadas para a política habitacional para viabilizar o crescimento econômico, acabaram viabilizando interesses do capital privado, o que, em essência pode ser considerada uma forma de parceria público-privada. Com relação à política habitacional adotada no período, ressalta-se o fato de o BNH, ao servir para financiar a construção civil, em geral para os segmentos de renda média e alta da população, também funcionou como um repassador de recursos para a iniciativa privada. Assim, percebe-se que a parceria entre o poder público e o setor privado não é algo recente no país.

A crise econômica, que foi de dimensão mundial, o grande endividamento do estado brasileiro, bem como a perda de legitimidade política do regime militar, no entanto, fizeram com que, a partir de fins dos anos 1970, o governo brasileiro não tivesse mais condições de manter a estratégia de suporte ao processo de acumulação e modernização da economia, por meio da produção da cara e extensa malha de condições gerais de produção. Permanecem, no entanto, as marcas no palimpsesto urbano e regional, deixada pelas intervenções do Estado no processo de produção do espaço como suporte à modernização da economia (HARVEY, 1995). Do ponto de vista dos interesses econômicos, tais marcas conformam um espaço tecnicamente homogeneizado, uma vez que estendeu as condições para a acumulação e reprodução do capital para todo o território brasileiro. Porém, do ponto de vista social, os resultados foram a fragmentação e a exacerbação das desigualdades socioespaciais, caracterizando aquilo que Milton Santos denomina “urbanização incompleta” (SANTOS, 1996).

No meio urbano, tais conflitos passaram a ser debatidos e expostos pelos movimentos sociais, o que resultou, nos anos 1980, em uma proposta de “reforma urbana” apresentada na forma de uma emenda à nova Constituição Federal promulgada em 1988. Por outro lado, o

processo de globalização e de flexibilização da economia, bem como a quebra das barreiras espaciais (HARVEY, 1995) como consequência da contínua revolução nos meios de transporte e de comunicações, reforçaram a política do local e a importância dos lugares que passaram a competir pela atração de investimentos e fluxos de consumo. O novo formato da política e do planejamento urbanos a partir de então, será caracterizado, por um lado, pela busca do direito à cidade (FERNADES, 2001), por meio de certos instrumentos de planejamento e formas participativas de gestão urbana (MARICATO, 2001) e, por outro lado, pela competição intermunicipal para o que o chamado planejamento estratégico (VAINER, 2000) passa a ser largamente empregado⁸. Um dos princípios básicos desse planejamento será a parceria público-privada.

O papel do Estado na produção do espaço brasileiro no período 1960-1970

Para os objetivos deste artigo é importante avaliar o papel do Estado na política urbana empreendida no período 1960-1970.

Aqui, o papel do Estado foi determinante para a promoção das contradições que caracterizaram o desenvolvimento capitalista brasileiro, na medida em que sua atuação privilegiou o desenvolvimento das condições gerais de produção em detrimento dos meios de consumo coletivo (LOJKINE, 1981; CASTELLS, 1983) necessários à reprodução social ampliada da força de trabalho. Pobreza, deterioração das condições de vida urbana, desigualdade sócio-espacial, são resultados dessa canalização de recursos públicos para a promoção de condições favoráveis à produção e à acumulação capitalistas.

A concentração de investimento por parte do Estado para viabilizar a acumulação promoveu uma desigualdade territorial em âmbito nacional ao definir regiões muito mais privilegiadas pelo capital que outras. No entanto, essa desigualdade territorial se fazia sentir também no âmbito intra-urbano. Ao canalizar recursos para a promoção das condições gerais de produção, atendendo aos interesses da acumulação capitalista em detrimento da reprodução ampliada da força de trabalho, o Estado (provedor e autoritário) brasileiro acabou acirrando os problemas urbanos, num verdadeiro processo de “espoliação urbana”. Esse processo é assim definido por Kowarick (1979):

⁸ Nesse trabalho, Vainer (2000) procura evidenciar que o projeto de cidade proposto pelo planejamento estratégico, ao basear-se em estratégias competitivas de inserção global, implica direta e indiretamente na apropriação da cidade por interesses privados, submetendo-a a ações capazes de promovê-la no mercado mundial de cidades – cidade assume a condição de mercadoria a ser vendida. Esse modelo de planejamento inspira-se em conceitos e técnicas provenientes do planejamento empresarial, assumindo que as cidades estão submetidas a desafios competitivos similares ao mundo das corporações empresariais.

[...] é o somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, apresentados como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência, e que agudizam ainda mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de trabalho. (KOWARICK, 1979: 62)

Assim, a lógica da acumulação que viabilizou o “desenvolvimento” brasileiro até os anos de 1980 apoiou-se na parceria público-privada à custa do processo de espoliação urbana e da dilapidação da força de trabalho. Do ponto de vista socioespacial, a periferia urbana⁹ emergiu como conseqüência direta desse tipo de “desenvolvimento” que se processou no Brasil, principalmente a partir da industrialização.

A atuação do Estado – importante agente regulador das formas capitalistas de produção do espaço – seria questionada a partir do final da década de 1970 por sua incapacidade de enfrentamento dos problemas decorrentes do próprio processo de reprodução capitalista. O planejamento regulatório dos anos 1960-1970, fundamentado na crença de que a formulação da política urbana deveria ocorrer no âmbito da esfera técnica da administração pública, também seria questionado. Esse planejamento tecnocrático alimentou um processo de produção do espaço caracterizado, de um lado, pela valorização da terra urbana promovida por investimentos públicos e sua conseqüente apropriação privada e, de outro, pela segregação de grande parte da população, em favelas e loteamentos periféricos, excluídas do acesso a bens, serviços e equipamentos urbanos essenciais.

Ao fim de quase vinte anos de institucionalização do planejamento urbano no Brasil, os anos oitenta iniciam-se sem uma ação efetiva no nível local, onde, de fato, os problemas se acirravam. A reestruturação econômica, expressão do esgotamento do processo de produção fordista e a conseqüente flexibilização econômica, somadas à luta pela reforma urbana e pelo “direito à cidade” – que ganhava consistência política a partir do início da década de 1980 – implicariam em novas formas de relacionamento entre o Estado, a iniciativa privada e a sociedade. Entretanto, isso é assunto para outro trabalho.

Considerações Finais

De forma geral este artigo objetivou refletir sobre a atuação do Estado brasileiro e sua relação com a iniciativa privada na promoção do desenvolvimento urbano no período 1960-1970. Verificou-se que aquele agente ao viabilizar as condições gerais de produção, via produção do espaço, e ao promover uma política habitacional com ênfase no financiamento da

⁹ O fenômeno da periferização é decorrente da concentração de pessoas nos grandes centros urbanos do país. Sem condições de arcar com o preço da terra em áreas mais centrais, essas pessoas acabam se deslocando para áreas mais distantes e periféricas ao núcleo metropolitano, onde a terra é mais barata e onde a carência de serviços e equipamentos urbanos se manifesta de forma cruel e desumana.

indústria da construção civil, acabou privilegiando interesses privados, o que pode ser considerado uma forma de parceria público-privada se pensarmos na relação entre aqueles agentes. Em contrapartida, essa atuação do Estado brasileiro resultaria no acirramento dos problemas urbanos, fato que levaria à revisão de suas ações e de seus instrumentos – a exemplo do planejamento – na década seguinte.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, S. e ANDRADE, L.A.G.de. *Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- BASSUL, José Roberto. *Estatuto da Cidade. Quem ganhou? Quem perdeu?* Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.
- BECKER, Bertha. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. *Espaço e Debates*, n.32. São Paulo: NERU, 1991. p. 47-55.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Imprensa Nacional. 1989. 292p.
- CASTELLS, M.(1983). *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- COSTA, G. M. A atual política urbana brasileira e suas possíveis contribuições à produção de um ambiente construído democrático: o caso do Plano Diretor de Belo Horizonte. In: BARTLETT INTERNATIONAL SUMMER SCHOOL (BISS), 13, 1991, São Paulo. *Proceedings...* São Paulo: BISS Organizing Committee, 1992. p. 112-117.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática: 1989.
- FERNANDES, E. (org.). *Direito Urbanístico e Política Urbana no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. 629p.
- HARVEY, D. *Espaços urbanos na 'aldeia global': reflexões sobre a condição urbana no capitalismo do final do século XX*. (Transcrição de uma conferência proferida em Belo Horizonte, em 1995).
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.
- LOJKINE, J. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001. 204p.
- MONTE-MÓR, R.L. Planejamento urbano no Brasil: emergência e consolidação. *etc...espaço, tempo e crítica* (revista eletrônica), no. 1, vol. 1, abril-junho, 2007. Disponível em<www.uff.br/etc> Acesso em 25 fev. 2008.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 157p.

SEABRA, Odette, Carvalho de Lima. Urbanização e fragmentação: a natureza natural do mundo. In: *Geografares*. Vitória, v.1, nº 1, jun.2000, pp. 73-79.

TAVARES, Hermes M. Políticas de desenvolvimento regional nos países do "centro" e no Brasil. *Cadernos IPPUR*, 2001-2/2002-1, Rio de Janeiro: IPPUR - UFRJ/DPA Editora, 2002. p. 229-248.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília B., MARICATO, Ermínia e VAINER, Carlos (2000). *O pensamento único das cidades: desmanchando consensos*. Petrópolis, Ed. Vozes, 2000. p.75-119.